

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Rio de Janeiro, 27 de março de 2024 - É com grande satisfação que a Rodovias Holding do Brasil S.A. (“Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

Todos os valores apresentados no Relatório da Administração estão expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outro modo.

1. Apresentação

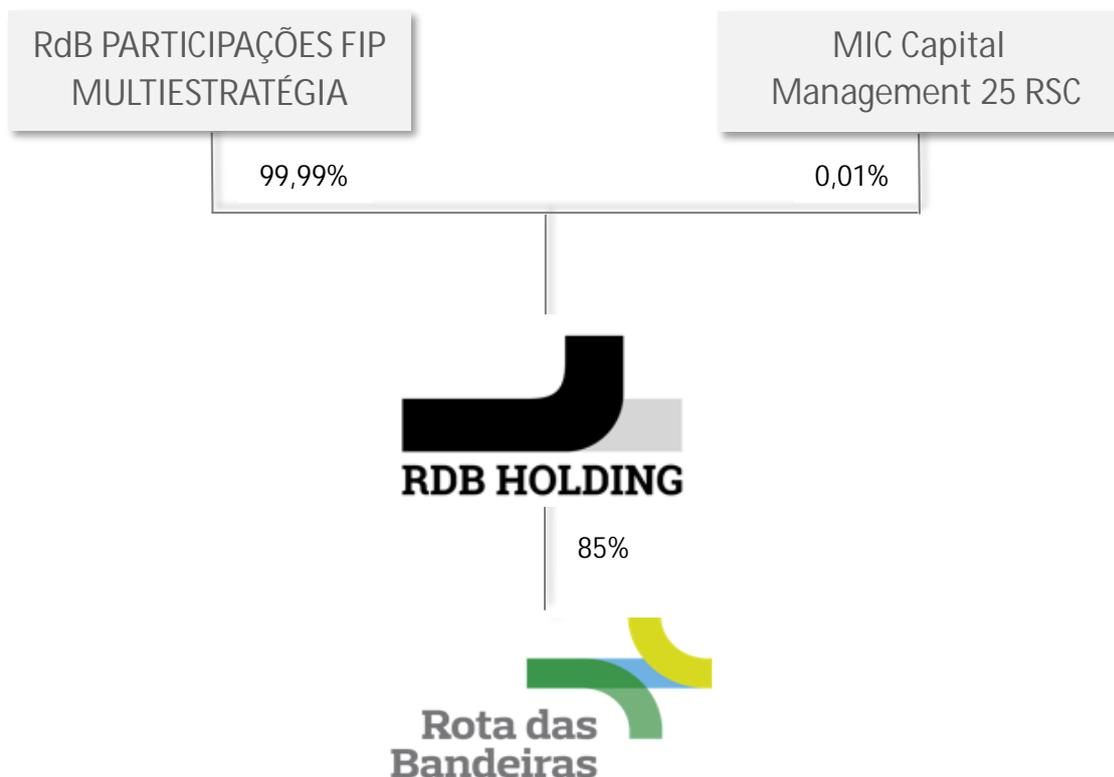
Histórico

A Companhia foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedade por Ações”). A Sociedade tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias.

As ações de emissão da Companhia são substancialmente detidas pela RdB Participações FIP Multiestratégia que detém 99,99% do capital da Companhia e MIC Capital Management 25 RSC que detém 0,01% do capital da Companhia.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia decidiu investir na Concessionária Rotas das Bandeiras S.A. (“Controlada”). Desta forma, passou a ser acionista direta, passando a deter o equivalente a 85% do capital social da Controlada.

A Controlada passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.



A Companhia é uma sociedade holding, que tem por objeto a participação societária em outras empresas. Atualmente a única sociedade controlada da Companhia é a Controlada. Nesse sentido, considerando a relação entre a Companhia e a Controlada, as informações apresentadas estão atreladas às atividades da Controlada.

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros.

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos.



O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,2 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras possui 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais, 91 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões pipa e 2 veículos de balança móvel. A Controlada conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego e 15 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 269 atendimentos por dia no quarto trimestre de 2023.

2. Destaques

EBITDA Ajustado (Consolidado): R\$ 835.646 mil atingidos no exercício de 2023.

CAPEX¹: R\$ 316.635 mil investidos pela Controlada em ampliação e manutenção no exercício de 2023, investidos na continuidade da execução de importantes obras como: (i) Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), (ii) Marginais Km 114 ao 125 (SP-332), (iii) 3ª intervenção de recapeamento da SP-083 do km 0 ao 6, (iv) Faixa Adicional km 74 ao 88 (SP-065) e (v) Área de Descanso para caminhoneiros no km 111+600 da SP-065.

¹ CAPEX não considera juros capitalizados.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Desempenho Econômico-Financeiro	Companhia		Consolidado	
	4T23	2023	4T23	2023
Receita Líquida Total	-	-	327.909	1.262.232
Receita Líquida Operacional	-	-	266.796	961.318
Receita Líquida Construção	-	-	61.113	300.914
Custos	-	-	(153.071)	(624.970)
Custos Operacionais	-	-	(92.569)	(327.065)
Custo de Construção	-	-	(60.502)	(297.905)
Lucro Bruto	-	-	174.838	637.262
Despesas	(263)	(1.410)	(8.578)	(28.473)
Outras Receitas/Despesas	-	-	(477)	1.475
Lucro Operacional	(263)	(1.410)	165.783	610.264
Equivalência Patrimonial	54.952	185.477	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(22.919)	(102.842)	(94.409)	(419.711)
Resultado antes do IR/CSLL	31.770	81.225	71.374	190.553
IR/CSLL	-	-	(29.907)	(76.597)
Resultado Líquido	31.770	81.225	41.466	113.956
EBITDA Ajustado	(263)	(1.410)	231.624	835.646

A Receita Líquida Operacional da Companhia e sua Controlada totalizou R\$ 961.318 mil no exercício de 2023, enquanto o EBITDA Ajustado apresentou resultado de R\$ 835.646 mil no exercício de 2023. Os Custos totalizaram R\$ 624.970 mil no exercício de 2023, enquanto as despesas totalizaram R\$ 28.473 mil no exercício de 2023.

Resultado Financeiro

A Companhia e sua Controlada apresentaram um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 419.711 mil, onde as Receitas Financeiras totalizaram R\$ 98.940 e as Despesas Financeiras alcançaram R\$ 518.651 mil no exercício de 2023.

Endividamento

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000 mil, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A, os parâmetros de atualização anulam o efeito do DI + 4,25% e a taxa passa a ser IPCA + 8,00% (com base em um ano de 252 dias úteis), com incorporação de juros até 10/11/2023.

Investimentos ²

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Controlada no 4T23 foram de R\$ 72.740 mil e no exercício de 2023 totalizaram R\$ 316.635 mil (R\$ 241.572 de ampliação e R\$ 75.063 de manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,0 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T23 estão detalhadas abaixo:

- o Continuidade dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360);

² Não considera juros capitalizados.

- o Conclusão das Marginais Secundárias da SP-065: (i) com 1.240m no km 63+600, (ii) com 1.378,63m no km 59+360 (iii) com 1.438,91m no km 43+380 (iv) com 622,57m no km 37+000 (v) com 575m no km 24+500 (vi) com 361,67m no km 15+120 (vii) com 185,98m no km 13+200 e (viii) com 215,65m no km 13+200;
- o Início das Marginais Secundárias da SP-065: (i) com 610,7m no km 22+800, (ii) com 465,78m no km 22+500 e (iii) com 407,61m no km 22+000;
- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74 ao 88 da SP-065;
- o Continuidade do Alargamento da OAE na SP-065: (i) no km 73+923, (ii) no km 76+500 e (iii) no km 78+980 da SP-065;
- o Continuidade da construção do Posto SAU no km 54+800 da SP-065;
- o Continuidade da Marginal entre os km 114+000 ao km 121+120 da SP-332;
- o Continuidade da Marginal entre os km 121+120 ao km 125+000 da SP-332;
- o Início da Melhoria de Interseção do km 116+000;
- o Início da Melhoria de Interseção do km 119+700;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 121+900;
- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 0 ao 12 da SP-083;
- o Conclusão da 3ª intervenção de recapeamento da SP-083 do (i) km 0 ao 6 e (ii) do km 6 ao 12;
- o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- o Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- o Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

4. Informações sobre a Controlada

Indicadores Operacionais

A Controlada cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados aproximadamente 98 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- o 61,8% de serviços de inspeção;
- o 19,2% de serviços de guincho;

- o 12,2% de serviços mecânicos;
- o 4,3% de serviços pré-hospitalares;
- o 2,5% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Controlada utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Controlada, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a Controlada contava com um total de 674 (CLT, Jovem Aprendiz, Estagiário) integrantes em seu quadro.

Programa Jovem Aprendiz

A Controlada, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a Controlada contava com 23 aprendizes em seu efetivo, sendo 5 jovens PCDs.

Programa Pertencer

Desde 2014, a Controlada desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da empresa e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2023, a Controlada contava em seu quadro com 13 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”)

5.1 Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Todas as atividades inerentes a Controlada, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária.

Todas as obras executadas pela Controlada de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Controlada ou descumprir as obrigações legais.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Controlada em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Controlada planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 466 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais.

Respeito à Fauna

A Controlada monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências envolvendo fauna com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias.

A Controlada desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte.

O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário.

Monitoramento de Focos de Incêndio

O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 91 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa, para combater princípios de incêndios.

Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e consequentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao fogo.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I.

A Controlada também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Sistema de Gestão Ambiental da Controlada possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 4º trimestre de 2023, foram recolhidos por mês em média 214,25 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Controlada com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita o seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de postergar a vida útil dos aterros sanitários da região.

5.2 Social

Desde o início de suas atividades, a Controlada tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Controlada desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Controlada:

Rota da Educação

Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Controlada para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos. O Rota da Educação já beneficiou mais de 93,7 mil alunos desde o início de suas atividades.

Campanha Inverno Solidário

Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Controlada. A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente no triênio 2021-2023, foram distribuídos 1.097 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa.



Rota da Transformação

Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas. Entre essas atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022), as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp ou a campanha “Leitura Compartilhada”, que estimula a doação de livros novos ou em bom estado para fomentar o hábito da leitura entre nossos integrantes.

Lacre Nota 10

Criada em 2018, a campanha “Lacre Nota 10” estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Controlada e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência.

Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres, o equivalente a 91km de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 37 cadeiras de rodas.

Incentivo ao Esporte

A Controlada também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades do atletismo e da natação paralímpica.

O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R\$ 100 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades.

Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira.

5.3 Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM.

6. Considerações Finais

Audidores Independentes

A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a BDO RCS Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido nesta data e com as devidas demonstrações contábeis padronizadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Rodovias do Brasil Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rodovias do Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Julgamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem reportados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e de sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

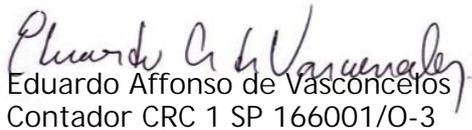
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.701	1.509	232.524	164.001	Fornecedores	13	70	31	245.346	191.809
Aplicações financeiras	7	-	-	40.841	-	Arrendamento mercantil	15	-	-	14.012	10.958
Contas a receber	8	-	-	77.992	58.867	Debêntures	14.1	17.662	-	298.254	229.785
Tributos a recuperar		7.712	2.309	14.371	9.083	Empréstimos	14.1	-	-	50.854	50.631
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	2.019	Salários e encargos sociais		6	7	12.203	11.559
Despesas antecipadas		51	14	3.870	3.084	Obrigações tributárias		15	1.424	10.207	14.395
Dividendos e JSCP a receber	9	-	29.359	-	-	Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.813	-
Outros ativos		-	-	14.261	1.611	Dividendos e JSCP a pagar		-	-	-	5.179
		11.464	33.191	383.859	238.665	Outros passivos		3	-	7.071	8.427
								17.756	1.462	641.760	522.743
Não circulante						Não circulante					
Conta vinculada	7	73.013	7.309	73.013	7.309	Fornecedores	13	-	-	23.411	31.590
Contas a receber	8	-	-	6.168	5.915	Empréstimos e financiamento - Debêntures	14.1	850.114	735.676	3.556.564	3.345.285
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	263.280	199.207	Instrumentos financeiros derivativos	14.2	-	21.900	-	21.900
Depósitos judiciais	16.2	-	-	102.597	94.097	Arrendamento mercantil	15	-	-	1.864	13.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	76.127	109.801	Obrigações tributárias		-	-	1.137	834
Outros créditos		-	86	-	86	Provisão para demandas judiciais	16.1	-	-	30.219	28.383
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	11.690	-	11.690	-	Provisão de conserva especial	17	-	-	11.205	7.224
Despesas antecipadas LP		-	-	993	388	Outros passivos		-	-	379	355
		84.703	7.395	533.868	416.803			850.114	757.576	3.624.779	3.449.134
Ativo de contrato						Patrimônio líquido					
Investimentos	11	876.244	742.020	-	-	Capital social	18 a)	928.270	928.270	928.270	928.270
Imobilizado		-	-	2.371	2.785	Transação de capital	18 c)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)
Intangível	12.2	-	-	3.318.093	3.110.553	Prejuízos acumulados	-	(59.877)	(140.850)	(59.877)	(140.850)
		876.244	742.020	3.607.984	3.470.922			104.541	23.568	104.541	23.568
Total do ativo		972.411	782.606	4.525.711	4.126.390	Participação de acionistas não controladores	-	-	-	154.631	130.945
								104.541	23.568	259.172	154.513
						Total do passivo e patrimônio líquido		972.411	782.606	4.525.711	4.126.390

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	-	-	1.262.232	1.131.223
Custo dos serviços prestados	20 a)	-	-	(624.970)	(652.164)
Lucro bruto		-	-	637.262	479.059
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20 b)	(1.410)	(2.101)	(28.473)	(35.134)
Resultado de equivalência patrimonial		185.477	68.858	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas		-	-	1.475	2.850
Resultado operacional antes do resultado financeiro		184.067	66.757	610.264	446.775
Receitas financeiras	21	32.461	28.879	98.940	72.342
Despesas financeiras	21	(135.303)	(128.439)	(518.651)	(507.030)
Resultado financeiro, líquido		(102.842)	(99.560)	(419.711)	(434.688)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		81.225	(32.803)	190.553	12.087
Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido	22	-	-	(76.597)	(32.738)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		81.225	(32.803)	113.956	(20.651)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	81.225	(32.803)
Acionistas não controladores		-	-	32.731	12.152
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	18(b)	-	-	0,09	(0,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	81.225	(32.803)	113.956	(20.651)
Resultado abrangente total do exercício	81.225	(32.803)	113.956	(20.651)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	81.225	(32.803)
Acionistas não controladores	-	-	32.731	12.152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Transação com os sócios	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Atribuídos aos acionistas da Companhia	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	927.070	(763.852)	(108.047)	55.171	125.879	181.050
Aumento do capital social - Em 10 de fevereiro de 2022	500	-	-	500	-	500
Aumento do capital social - Em 27 de julho de 2022	700	-	-	700	-	700
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(32.803)	(32.803)	12.152	(20.651)
Dividendos e JSCP dos não controladores	-	-	-	-	(7.086)	(7.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	928.270	(763.852)	(140.850)	23.568	130.945	154.513
Ajuste IRPJ e CSLL sobre arrendamentos CPC 32 (R20)	-	-	(252)	(252)	(45)	(297)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	928.270	(763.852)	(141.102)	23.316	130.900	154.216
Lucro líquido do período	-	-	81.225	81.225	32.731	113.956
JSCP e Dividendos dos não controladores	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	928.270	(763.852)	(59.877)	104.541	154.631	259.172

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	81.225	(32.803)	190.553	12.087
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	168.105	181.743
Equivalência Patrimonial	(185.477)	(68.858)	-	-
Perda na baixa do imobilizado e intangível	-	-	274	1
Provisão para conserva especial	-	-	59.925	76.388
Provisão para contingências	-	-	1.836	8.511
Reversão para demandas judiciais	-	-	-	-
Margem de construção - ICPC 01	-	-	(3.009)	(3.101)
Receita diferida	-	-	(727)	(8.930)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)	-	-	-	(366)
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(57.029)	(55.152)
Perda de arrecadação	-	-	51	34
Juros e variações monetárias, líquidas	98.511	98.078	489.266	495.432
	(5.741)	(3.583)	849.245	706.647
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(19.377)	(6.109)
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-
Tributos a recuperar	(50)	7	7.344	(549)
Imposto de renda retido sobre JSCP	2.295	-	2.295	-
Despesas pagas antecipadamente	(37)	13	282	2.483
Outros ativos	86	-	(12.564)	342
Outros passivos	3	-	3	4.981
Depósitos judiciais	-	-	447	(13.724)
Fornecedores	40	(640)	11.413	(1.307)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1	645	1.887
Salários e encargos sociais	-	-	-	-
Adiantamento de clientes, líquidos	-	-	-	-
Tributos a pagar	(1.409)	1.406	(13.830)	2.935
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	-	-	(68.390)	(101.497)
Contas a pagar	-	-	(2.306)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas operações	(4.813)	(2.797)	755.207	596.089
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(39.407)	(2.019)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	-	-	(251.162)	(131.254)
Caixa líquido gerado/(consumido) gerado pelas atividades operacionais	(4.813)	(2.797)	464.638	462.816
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)	-	-	(1.256)	(2.855)
Adições ao intangível (Pagamentos)	-	-	(210.797)	(279.472)
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Recebimento de dividendos	-	8.500	-	-
Aumento de capital social	-	1.200	-	1.200
Dividendos	16.354	-	-	-
Juros sobre capital próprio	56.355	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	72.709	9.700	(212.053)	(281.127)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Conta vinculada	(65.704)	(7.309)	(65.704)	(7.309)
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	50.000	50.000
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários	-	1.890	-	1.890
Pagamentos de empréstimos e debêntures	-	-	(62.826)	(62.616)
Aplicações financeiras - Conta Reserva Debêntures	-	-	(73.410)	(77.012)
Pagamento de arrendamento operacional	-	-	(16.828)	(12.767)
Pagamento de custos de transação	-	-	(708)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	(11.700)	-
Pagamento de dividendos	-	-	(2.886)	(1.500)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(65.704)	(5.419)	(184.062)	(109.315)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.192	1.484	68.523	72.375
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.509	25	164.001	91.626
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.701	1.509	232.524	164.001
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.192	1.484	68.523	72.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	-	-	1.349.793	1.206.494
Receita bruta operacional de serviços	-	-	1.048.879	896.355
Receita de construção ICPC 01-R1 (*)	-	-	300.914	310.139
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	-	-	(87.552)	(101.814)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(297.905)	(307.038)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(1.005)	(1.717)	(42.625)	(45.053)
Valor adicionado bruto	(1.005)	(1.717)	921.711	752.589
Depreciação e amortização	-	-	(168.105)	(181.743)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.005)	(1.717)	753.606	570.846
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	37.354	30.298	103.833	73.762
Equivalência patrimonial	185.477	68.858	-	-
Outros	-	-	1.539	3.061
Valor adicionado total a distribuir	221.826	97.439	858.978	647.669
Distribuição do valor adicionado	315	301	48.515	44.422
Remuneração direta	315	301	39.147	36.297
Benefícios	-	-	6.857	5.864
FGTS	-	-	2.511	2.261
Impostos, taxas e contribuições	4.983	1.502	180.112	118.006
Federais	4.982	1.502	128.826	73.736
Estaduais	-	-	140	119
Municipais	1	-	51.146	44.151
Remuneração de capitais de terceiros	135.303	128.439	516.395	505.892
Juros	135.303	128.439	515.537	505.009
Aluguéis	-	-	202	131
Outros	-	-	656	752
Remuneração de capitais próprios	81.225	(32.803)	113.956	(20.651)
Lucro/(Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Controladora	81.225	(32.803)	81.225	(32.803)
Lucro/(Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	32.731	12.152
Valor adicionado distribuído	221.826	97.439	858.978	647.669

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”, “Rodovias do Brasil” ou “Controladora”) e sua Controlada direta, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., (“Concessionária”, “Controlada” ou em conjunto “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de gestão e exploração de serviços rodoviários, regidos sob contratos de concessão exploração de serviços públicos.

A Rodovias do Brasil Holding S.A. foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma Sociedade Anônima, sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia tem Sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital. 99,99% das ações de emissão da Companhia são detidas pelo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), anteriormente denominado SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP 1355”).

A constituição da Companhia se inseriu no âmbito de reorganização promovida pelo RDB FIP, destinada a aprimorar a estrutura de investimentos na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Controlada”).

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do Capital Social da Controlada para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), Fundo de Investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os Cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que a Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação no âmbito dos investidores do RDB FIP não teve como efeito a alienação do controle indireto da Controlada.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. à Companhia. Desta forma, a Companhia, passou a ser acionista direta da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., passando a deter o equivalente a 85% do Capital Social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Concessionária Rota das Bandeiras S.A., sendo certo, contudo, que uma vez que a Companhia é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Controlada, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Controlada, de forma que não se aplica o previsto no artigo 254-A da Lei.

Em 12 de novembro de 2021 foi deferido pela CVM o registro de emissor na Categoria "B" para a Companhia.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Concessionária" ou "Controlada")

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Concessionária" ou "Controlada"), com Sede em Itatiba - SP, é uma Sociedade por Ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo:

- (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B;
- (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009;
- (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto;
- (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220;
- (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão;
- (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão;

- (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063.

Em agosto de 2022 foi firmado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo (TAM Coletivo nº 02/2022) entre o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes, na qualidade de Poder Concedente ("Poder Concedente"), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), na qualidade de interveniente-anuente, a Controlada e as demais concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo (em conjunto, "Concessionárias Afetadas"). O TAM Coletivo tem por objeto a promoção do Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão, em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contratos de Concessão, mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo Poder Concedente. Os pagamentos foram realizados às Concessionárias afetadas no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Adicionalmente, os pagamentos às Concessionárias afetadas foram realizados até o repasse do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022, fato que ocorreu a partir de 16 de dezembro de 2022. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Concessionária realizou o pedido de registro de companhia aberta para Categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Concessionária, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

Capital circulante líquido negativo

A Controlada busca manter disponibilidades suficientes para honrar com seus compromissos de curto prazo, considerando os recursos gerados pelas atividades operacionais do próximo exercício. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações contábeis consolidadas apresentam um passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$ 240.239 (R\$ 284.078 em 31 de dezembro de 2022).

Não há expectativa de a Controlada ter o capital circulante líquido positivo no curto prazo, entretanto não é um problema de liquidez, dado a capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

A Companhia de maneira isolada apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 11.370 e (R\$ 31.729 em dezembro de 2022).

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas por sua Administração em 27 de março de 2024.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo (*International Accounting Standards Board* - "IASB").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o disposto no IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem informações da Companhia e de sua Controlada.

O controle sobre uma investida é obtido quando a Companhia possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- iii) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a Valor Justo.

Assim, essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão da Controlada reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda e de sua respectiva recuperação pelas operações, a avaliação dos instrumentos financeiros, a determinação do Imposto de Renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada direta. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras da Controlada encontram-se registrados ao Valor Justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo Por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- (a) Passivos financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado;
- (b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- (c) Contrato de garantia financeira;
- (d) Compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e
- (e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Controladora e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a Valor Justo.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo Por Meio do Resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber da Controlada são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo na transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Controlada são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de *software*, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do *software*.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período da Controlada compreendem os impostos correntes e diferidos. Os Impostos sobre a Renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Combinação de negócios e *goodwill sob controle comum*

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo (valor contábil).

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu Valor Justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma:

- (i) Da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida;
- (ii) Do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida;
- (iii) No caso de combinação de negócios realizada em estágios, do Valor Justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

i) Base de consolidação

Controlada

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua Controlada conforme Nota Explicativa nº 11.

A Controlada incluída na consolidação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023, está listada a seguir:

Controladas	Principal atividade	UF	Participação em (%)	
			2023	2022
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Concessionária	SP	85	85

A Controlada é consolidada de acordo com o percentual de participação a partir da data da sua aquisição (em 11 de maio de 2021), ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da Controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social da Controlada coincide com o da Controladora. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

j) Investimentos

A Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma Controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da Controlada são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial.

k) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo Método Linear, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

l) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o Valor Justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do Valor Justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa incorridas do período.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento incorridos pela Controlada (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão da Controlada", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Controlada durante o prazo de concessão.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
- É provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para manutenção

A Controlada reconheceu uma provisão para conserva especial (manutenção), decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

(ii) Provisão para litígios judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;
- For provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº16).

n) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo Valor Justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13).

o) Credor pela aquisição da concessão

Na Controlada é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, exceto receita financeira, sendo liquidado mensalmente.

p) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados por meio da emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo Valor Justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

q) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

r) Receitas de contratos com clientes

(i) Receita de serviço

A Controlada adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Controlada reconhece a receita quando:

- Identifica os contratos com os clientes;
- Identifica as diferentes obrigações do contrato;
- Determina o preço da transação;
- Aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos;
- Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao Valor Justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção da Controlada é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05 à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota explicativa nº 12), na qual a Controlada estima que o Valor Justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

s) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o Ajuste a Valor Presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

t) Lucro por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos (Alterações à IAS 12/CPC 32);

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Controlada adotou o Imposto Diferido relativo a Ativos e Passivos decorrentes de única Transação - Alterações à IAS 12/CPC 32 em atendimento da alteração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, prevista na revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20/2021, aprovada pelo CPC em 01 de abril de 2022.

As alterações restringem o âmbito da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - direito de uso e passivos de arrendamento. Para arrendamentos e passivos de arrendamento, a Controlada é obrigada a reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como ajuste aos lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido naquela data. Para todas as outras transações, a Controlada aplica as alterações às transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Controlada anteriormente contabilizava impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de arrendamento aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', gerando resultado semelhante às alterações, exceto que o imposto diferido ativo ou passivo era reconhecido em base líquida. Após as alterações, a Controlada reconheceu ativo fiscal diferido separado em relação aos seus passivos de arrendamento e passivo fiscal diferido em relação aos seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto relevante na demonstração da posição financeira porque os saldos se qualificam para compensação nos termos do parágrafo 74 do IAS 12/CPC 32. Também não houve impacto relevante nos lucros retidos iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para a Controlada refere-se à divulgação dos impostos diferidos ativos e passivos reconhecidos.

b) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Controlada. A Controlada efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

c) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "informações relevantes sobre políticas contabilísticas". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

d) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

- e) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- 2.3 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1/CPC 26 na classificação de seus passivos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são revistas de maneira contínua e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

- a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros: a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros;
- b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: a recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado;

- c) Valor justo de instrumentos financeiros: o Valor Justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço;
- d) Reconhecimento de receita de construção: na apuração do Valor Justo da receita de infraestrutura a Administração utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01;
- e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis: a Controlada reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão por meio da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

4. Gestão de risco financeiro e capital

4.1. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia e sua Controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não terem caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua Controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo, debêntures e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	245.346	23.411	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	485.582	935.089	1.709.225	3.510.741
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	196.853	31.590	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	314.531	426.633	2.038.336	4.079.781

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debênture e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração. Para mais detalhes veja a Nota Explicativa nº 14.1;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta, juntamente com sua Controlada, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2023, sendo os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua Controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 05 de janeiro de 2024, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2023.

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2023	Consolidado					
			Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	304.121	9,98%	30.361	7,49%	27.562	4,99%	15.181

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia e sua Controlada estão expostas na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas projeções do CDI e IPCA extraídos das projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB em 05 de janeiro de 2024, foi definido o cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os quadros a seguir demonstram a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2023:

Companhia:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2023	Cenário I - Provável		Cenário II - Adverso possível		Cenário III - Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Debêntures	Alta no CDI	17.662	9,98%	(1.763)	12,48%	(2.204)	14,98%	(2.645)

Controlada:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2023	Cenário I - Provável		Cenário II - Adverso possível		Cenário III - Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	51.096	9,98%	(5.101)	12,48%	(6.376)	14,98%	(7.652)
Debêntures	Alta no CDI	77.672	9,98%	(7.754)	12,48%	(9.693)	14,98%	(11.631)
Debêntures	Alta no IPCA	226.655	3,90%	(8.840)	4,88%	(11.049)	5,85%	(13.259)

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia e sua Controlada.

As operações desses instrumentos são realizadas pela Área de Tesouraria da Companhia e de sua Controlada, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controlada. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia e a Controlada revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 31 de dezembro de 2023, os montantes dos ativos financeiros que possuem classificação externa de créditos estão apresentados a seguir:

	31/12/2023 Controladora	31/12/2022 Controladora	31/12/2023 Consolidado	31/12/2022 Consolidado
Contra-partes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Pedágios	-	-	82.461	63.097
Receitas acessórias			1.699	1.686
	-	-	84.160	64.783
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa geral, fundo de troco e numerários em trânsito	-	-	2.502	2.511
Bancos conta movimento	24	24	14.151	8.248
	24	24	16.653	10.759
Total contrapartes sem classificação externa de crédito	24	24	100.813	75.542
Contra-partes com classificação externa de crédito				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	3.673	1.485	215.867	153.242
Títulos e valores mobiliários (i)	-	-	-	199.207
Conta Vinculada	73.017	7.309	73.017	7.309
Total contrapartes com classificação externa de crédito	76.690	8.794	288.884	359.758

A Companhia e sua Controlada estão sujeitas à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia e sua Controlada mantinham operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AA	AAA	-
Banco BTG Pactual S.A.	AA	AAA	AAA
Banco Santander S.A.	-	AAA	AAA
Banco Finaxis S.A.	-	-	-
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AA+	AAA
XP Investimentos S.A.	AAA	-	AAA

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e sua Controlada aproximam-se dos seus valores de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Empréstimos e financiamentos/debêntures

As cédulas de créditos bancários e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.2. Gestão de capital

A Companhia e sua Controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), adicionando o efeito dos instrumentos derivativos e subtraindo do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser assim sumarizados:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (nota 14.1)	867.776	735.676	3.574.226	3.345.285
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14.2)	(11.690)	21.900	(11.690)	21.900
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.697)	(1.509)	(232.524)	(164.001)
Conta vinculada	(73.013)	(7.309)	(73.013)	(7.309)
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	-	-	(263.280)	(199.207)
Dívida líquida	<u>779.372</u>	<u>748.758</u>	<u>2.993.719</u>	<u>2.996.669</u>
Total do patrimônio líquido	<u>104.541</u>	<u>23.569</u>	<u>259.712</u>	<u>154.512</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>883.913</u>	<u>772.327</u>	<u>3.252.891</u>	<u>3.151.181</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>88%</u>	<u>97%</u>	<u>92%</u>	<u>95%</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros, por categoria, estão demonstrados a seguir:

	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	3.701	1.509	232.520	164.001
Contas a receber	-	-	84.160	64.783
	<u>3.701</u>	<u>1.509</u>	<u>316.680</u>	<u>228.783</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamento	867.776	735.676	3.574.226	3.345.285
Arrendamento mercantil operacional	-	-	17.897	24.521
Fornecedores	70	-	268.757	223.399
Outros passivos	-	-	-	-
	<u>867.846</u>	<u>735.676</u>	<u>3.860.880</u>	<u>3.593.205</u>
	Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Conta vinculada	73.013	7.309	73.013	7.309
Instrumentos derivativos	11.690	-	11.690	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	263.280	199.207
	<u>84.703</u>	<u>7.309</u>	<u>347.983</u>	<u>206.516</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Instrumentos derivativos	-	21.900	-	21.900
	<u>-</u>	<u>21.900</u>	<u>-</u>	<u>21.900</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Geral	-	-	5	5
Numerários em trânsito (i)	-	-	1.778	1.806
Fundo de Troco	-	-	719	700
Bancos conta movimento	24	24	14.151	8.248
Aplicações Financeiras (ii)	3.677	1.485	215.871	153.242
Total	<u>3.701</u>	<u>1.509</u>	<u>232.524</u>	<u>164.001</u>

- i. Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- ii. Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 100% e 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (i)	-	-	40.841	31.331
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	73.013	7.309	336.293	175.185
	<u>73.013</u>	<u>7.309</u>	<u>377.134</u>	<u>206.516</u>
Circulante	-	-	40.841	-
Não circulante	73.013	7.309	336.293	206.516

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R\$ 40.841 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 31.331), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo") efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Controlada, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Controlada faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Controlada, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada. A Controlada tem expectativa de liquidar o saldo das operações com o "Fundo" até o final do exercício de 2024.
- (ii) A aplicação financeira vinculada da Controladora (conta vinculada), refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 1º Emissão de Debêntures da Rodovias do Brasil Holding S.A., sendo que a Companhia deve depositar nessa conta recursos suficientes para atender ao Serviço da Dívida dos 12 meses subsequentes e a aplicação financeira vinculada (conta pagamento ODTR11) da Controlada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2º Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Controlada deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,84% do CDI, nos últimos doze meses.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	70.914	53.903
Vale pedágio (i)	9.667	8.400
Receitas acessórias	1.699	1.686
Cartões de Crédito e Débito	1.880	794
	<u>84.160</u>	<u>64.783</u>
Ativo circulante	77.992	58.867
Ativo não circulante	6.168	5.915

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Controlada, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Dividendos e JSCP a receber

Em 19 de janeiro de 2023 a Controlada distribuiu o montante de R\$ 3.060, sobre forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022, correspondente a 20% do total bruto destinado a este título e já líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, conforme previsão legal.

Em 28 de abril de 2023 a Controlada distribuiu o montante de R\$ 9.945, sobre forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022, correspondente a integralidade do saldo residual a pagar a este título.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 16.354, referente a destinação de resultado do exercício de 2022. Em 28 de abril de 2023 a Controlada realizou o pagamento.

Em 26 de setembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição pela Controlada de juros sobre capital próprio no total de R\$ 51.000, que foram pagos em 02 de outubro de 2023. O valor destinado de R\$ 43.350 a este título é líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, conforme previsão legal.

Nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, pode ser imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a receber	-	16.354
Juros sobre capital próprio a receber	-	13.005
Total	-	29.359

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (Consolidado)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	31 de dezembro de 2023	1 de janeiro de 2023	Ajuste CPC 32 (R20) (ii)	31 de dezembro de 2022
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	231.718	250.337	-	250.337
Provisão para contingências (i) (a)	10.275	9.650	-	9.650
Outras Provisões (i) (a)	400	294	-	294
Provisão para conserva especial (i)(a)	3.810	2.456	-	2.456
Participação nos lucros e resultados(i) (a)	2.059	2.026	-	2.026
Direito de Uso (IFRS 16)	5.434	8.161	(297)	8.458
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	901	1.150	-	1.150
	<u>254.597</u>	<u>274.074</u>	<u>(297)</u>	<u>274.371</u>
Passivo não circulante				
Amortização da outorga (curva demanda)	60.910	60.127	-	60.127
Margem de construção	9.576	8.925	-	8.925
Encargos financeiros	511	815	-	815
Juros e encargos capitalizados	57.718	39.429	-	39.429
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Leinº.12.973)	44.228	47.113	-	47.113
Passivo de Arrendamento (IFRS 16)	5.527	8.161	-	8.161
	<u>178.470</u>	<u>164.570</u>	<u>-</u>	<u>164.570</u>
	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>1 de janeiro de 2023</u>	<u>Ajuste CPC 32 (R20) (ii)</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Tributos diferidos líquidos				
Tributos diferidos ativos	254.597	274.074	(297)	274.371
Tributos diferidos passivos	(178.470)	(164.570)	-	(164.570)
	<u>76.127</u>	<u>109.504</u>	<u>(297)</u>	<u>109.801</u>

A variação líquida em 31 de dezembro de 2023, quando comparada com o saldo em 01 de janeiro de 2023, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 33.377.

- (i) A expectativa da Administração da Controlada quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Outros (a)	Compensação Total
2024	35.550	-	35.550
2025	44.262	-	44.262
2026	49.224	-	49.224
2027	60.865	-	60.865
2028 em diante	41.817	-	41.817
	<u>231.718</u>	<u>22.879</u>	<u>254.597</u>

- a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

- (i) Adoção da alteração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a forma de reconhecimento dos tributos diferidos sobre o ativo e passivo de arrendamento, conforme revisão técnica de nº 20/2021, aprovada em 01/04/2022 e vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Controlada e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada

11. Investimentos

No dia 11 de maio de 2021, o Fundo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (RDB Participações) e a Rodovias do Brasil, realizaram contrato de compra e venda de ações no valor fixo e irrevogável de R\$ 1.510.069, no qual o Fundo vendeu a totalidade de sua participação societária (85%) na Controlada Concessionária Rota das Bandeiras S.A. para a Rodovias do Brasil Holding S.A.

Segue a movimentação do exercício:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	742.020
Ajuste IRPJ e CSLL sobre arrendamento CPC 32 (R20)	(253)
Equivalência patrimonial	187.777
Juros sobre capital próprio	(51.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>876.244</u>

O preço de aquisição foi definido por meio de laudo de avaliação independente realizado pela UHY Bendoraytes, tendo sido pago ao Fundo RDB Participações da seguinte forma: R\$ 583.000 em caixa e o montante remanescente no valor R\$ 927.070, foi convertido em aumento de capital. O aumento de capital ocorreu em 11 de maio e 14 de junho de 2021, nos montantes de R\$ 925.070 e R\$ 2.000, respectivamente. A seguir está apresentada a apuração do resultado da combinação de negócios por meio do confronto do valor pago e dos valores livro dos principais ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em 30 de abril de 2021, data da combinação de negócios sob controle comum:

Descrição	30/04/2021
Ativo líquido adquirido	877.902
Parcela adquirida dos ativos líquidos	85,0%
Valor de livros na data de aquisição ajustado a participação	746.217
(-) Valor da contraprestação paga	(1.510.069)
Ágio na operação de combinação de negócios sob controle comum	<u>(763.852)</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de contrato e intangível

12.1. Ativo de contrato (Consolidado)

O ativo de contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - contratos da concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2023	
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	43.266	45.982	-	(72.932)	16.316
Hardware equipamentos de pedágio	7.848	985	-	(7.345)	1.488
Demais melhorias e ampliações	167.268	145.748	-	(149.450)	163.566
Pontes e Viadutos	3.060	24.840	-	(28.105)	(205)
Desapropriações	59.509	21.134	-	(54.801)	25.842
Custos de empréstimos (ii)	58.783	57.605	-	(46.818)	69.570
Meio ambiente e elementos de segurança	6.490	3.892	-	(7.936)	2.446
Estoque de Material de Obras	11.360	-	(2.863)	-	8.497
	357.584	300.186	(2.863)	(367.387)	287.520

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022	
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	53.752	47.916	-	(58.402)	43.266
Hardware equipamentos de pedágio	8.616	2.228	-	(2.996)	7.848
Demais melhorias e ampliações	204.044	155.947	-	(192.723)	167.268
Desapropriações	44.474	37.092	-	(22.057)	59.509
Custos de empréstimos (ii)	44.838	55.709	-	(41.764)	58.783
Meio ambiente e elementos de segurança	9.919	7.729	-	(11.158)	6.490
Estoque de Material de Obras	-	11.360	-	-	11.360
	365.643	321.041	-	(329.100)	357.584

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;
- (ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Perimetral de Itatiba (SP-360), Faixa Adicional Km 74 ao 88+150 (SP-065) e Marginais Km 121+120 ao Km 129 (SP-332).

12.2. Intangível (Consolidado)

Composição	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	703.545	(151.643)	551.902	483.577
Pavimentações	585.706	(498.191)	87.515	91.826
Hardware equipamentos de pedágio	101.370	(30.308)	71.062	67.018
Demais melhorias e ampliações	1.418.791	(226.913)	1.191.878	1.086.458
Desapropriações	319.139	(61.263)	257.876	214.930
Custos de empréstimos	106.812	(4.906)	101.906	58.359
Máquinas e equipamentos	3.747	(2.780)	967	1.405
Móveis e utensílios	2.018	(1.224)	794	996
Veículos	7.970	(6.293)	1.677	2.353
Meio ambiente e elementos de segurança	226.478	(53.012)	173.466	173.453
	<u>3.475.576</u>	<u>(1.036.533)</u>	<u>2.439.043</u>	<u>2.180.375</u>
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(475.908)	861.330	903.759
Direito de uso (iii)	40.218	(24.237)	15.981	24.003
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.060	(4.321)	1.739	2.416
	<u>1.383.516</u>	<u>(504.466)</u>	<u>879.050</u>	<u>930.178</u>
	<u>4.859.092</u>	<u>(1.540.999)</u>	<u>3.318.093</u>	<u>3.110.553</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	611.256	(127.679)	483.577	444.037
Pavimentações	585.706	(493.880)	91.826	136.565
Hardware equipamentos de pedágio	94.024	(27.006)	67.018	66.884
Demais melhorias e ampliações	1.261.039	(174.581)	1.086.458	931.415
Desapropriações	264.338	(49.408)	214.930	207.422
Custos de empréstimos	59.994	(1.635)	58.359	17.815
Máquinas e equipamentos	3.658	(2.253)	1.405	1.762
Móveis e utensílios	2.018	(1.022)	996	1.194
Veículos	7.785	(5.432)	2.353	2.982
Meio ambiente e elementos de segurança	218.097	(44.644)	173.453	169.600
	3.107.915	(927.540)	2.180.375	1.979.676
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(433.479)	903.759	943.972
Direito de uso (iii)	34.463	(10.460)	24.003	5.118
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	5.902	(3.486)	2.416	2.951
	1.377.603	(447.425)	930.178	952.041
	4.485.518	(1.374.965)	3.110.553	2.931.717

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível - infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de tráfego nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas.

As adições do exercício findo em 31 dezembro de 2023 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

(ii) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão da Controlada.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde à alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) *Softwares* adquiridos de terceiros

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Controlada e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado do período.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553
Adições	727	-	158	6.697	7.582
Transferências de obras (i)	367.387	-	-	-	367.387
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(92)	-	(92)
Baixa de custo histórico (*)	-	-	-	(942)	(942)
Baixa de amortização (*)	-	-	-	942	942
Amortização	(109.354)	(42.429)	(835)	(14.719)	(167.337)
Saldo contábil	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093
Custo	3.476.029	1.337.238	6.060	40.218	4.859.545
Amortização acumulada	(1.036.894)	(475.908)	(4.413)	(24.237)	(1.541.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093

(*) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa no 12;

(**) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	2.778.989	1.337.238	5.639	31.505	4.153.371
Amortização acumulada	(799.313)	(393.266)	(2.688)	(26.387)	(1.221.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.979.676	943.972	2.951	5.118	2.931.717
Adições	891	-	(16)	30.560	31.435
Transferências de obras	329.100	-	-	-	329.100
Aquisição de software em Andamento	-	-	242	-	242
Rescisão de contratos	-	-	-	(406)	(406)
Reclassificação de ativos (iii)	(433)	-	37	-	(396)
Amortização	(128.859)	(40.213)	(798)	(11.269)	(181.139)
Saldo contábil	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	987	30.026	3.449	34.462
Amortização acumulada	(748)	(7.319)	(2.392)	(10.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	22.707	1.057	24.003
Adições	311	2.194	4.192	6.697
Baixa de custo histórico (*)	(26)	-	(916)	(942)
Baixa de amortização (*)	26	-	916	942
Amortização	(196)	(12.424)	(2.099)	(14.719)
Saldo contábil	354	12.477	3.150	15.981
Custo	1.272	32.220	6.725	40.218
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981

(*) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	985	26.556	3.965	31.505
Amortização acumulada	(527)	(23.974)	(1.887)	(26.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	458	2.582	2.078	5.118
Adições	2	30.018	539	30.560
Rescisão de contratos	-	(406)	-	(406)
Amortização	(221)	(9.487)	(1.561)	(11.269)
Saldo contábil	239	22.707	1.056	24.003
Custo	987	29.620	3.449	34.056
Amortização acumulada	(748)	(6.913)	(2.392)	(10.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	22.707	1.056	24.003

Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos	70	2
Máquinas e equipamentos	90	85
	160	87

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia e sua Controlada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Fornecedores nacionais	<u>70</u>	<u>31</u>	<u>268.757</u>	<u>223.399</u>
	<u>70</u>	<u>31</u>	<u>268.757</u>	<u>223.399</u>
Passivo circulante	70	31	245.346	191.809
Passivo não circulante	-	-	23.411	31.590

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). O saldo equivalente a estes contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são de R\$ 219.288 e R\$ 184.396, respectivamente. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 (i) a Controlada possui expectativa de liquidar o saldo das operações com o "Fundo" até o final do exercício de 2024.

14. Empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos

14.1. Empréstimos e financiamentos ("dívida")

As dívidas da Companhia e sua Controlada são compostas por recursos captados, principalmente, por meio de empréstimos bancários (CCB) e mercado de capitais (debêntures), denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo Valor Justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada como segue:

	Taxa de juros efetiva (a.a)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	IPCA + 6,70%	-	-	358.915	343.191
	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2%	-	-	2.948.265	2.872.836
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	/ CDI + 2,0%	-	-	-	-
1ª Emissão Debêntures RODB11 (b)	DI+4,25%	879.403	746.563	879.403	746.563
(-) Custos de captação		(11.627)	(10.887)	(332.007)	(387.891)
		<u>867.776</u>	<u>735.676</u>	<u>3.854.576</u>	<u>3.574.699</u>
Empréstimos e financiamento - CCB (c)	CDI+1,61%	-	-	51.096	51.002
		<u>867.776</u>	<u>735.676</u>	<u>3.905.672</u>	<u>3.625.701</u>
Passivo circulante		17.662	-	349.108	280.416
Passivo não circulante		850.114	735.676	3.556.564	3.345.285

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2025	575.300	(65.477)	509.824	239.875	(67.988)	171.887
2026	318.942	(58.298)	260.644	535.167	(57.338)	477.828
2027	353.013	(49.563)	303.450	305.167	(51.302)	253.865
2028	343.249	(41.465)	301.784	315.831	(43.040)	272.791
2029 em diante	2.274.091	(93.229)	2.180.862	2.310.440	(141.526)	2.168.914
	<u>3.864.594</u>	<u>(308.031)</u>	<u>3.556.564</u>	<u>3.706.480</u>	<u>(361.194)</u>	<u>3.345.285</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	30/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	735.676	625.017	3.625.701	3.241.159
Aquisição de novos negócios	-	-	-	-
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	-	-	-	50.000
Pagamento principal de debêntures	-	-	(12.826)	(12.616)
Amortização de principal	-	-	-	(50.000)
Custo de captação	(3.100)	-	(3.100)	(425)
Pagamento de encargo de dívida	-	-	(251.161)	(131.254)
Encargos incorridos (Efeito não caixa):	-	-	-	-
Constituição do custo de transação	-	-	(290)	-
Juros e variação monetária (i)	132.840	109.180	488.074	472.890
Amortização dos custos de captação (i)	2.360	1.479	59.274	55.947
Saldo final	<u>867.776</u>	<u>735.676</u>	<u>3.905.672</u>	<u>3.625.701</u>
Circulante	17.662	-	349.108	280.416
Não circulante	850.114	735.676	3.556.564	3.345.285

- (i) A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do exercício foi de 16,92%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras está demonstrada na Nota Explicativa nº 14;

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Debêntures - Concessionária Rota das Bandeiras

Em 27 de maio de 2019, mediante o terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Controlada todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Controlada, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado.

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	358.914	343.191
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.242.742	1.191.443
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	822.133	834.452
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	349.826	335.391
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	290.225	278.249
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	243.341	233.300
					<u>3.307.181</u>	<u>3.216.027</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Outubro de 2025	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	-	-
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	-	-
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	-	-
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	-	-
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	-	-
Jan/28	6,00%	-	-	-	-
Jul/28	6,00%	-	-	-	-
Jan/29	6,50%	-	-	-	-
Jul/29	6,50%	-	-	-	-
Jan/30	6,75%	-	-	-	-
Jul/30	6,75%	-	-	-	-
Jan/31	6,75%	-	-	-	-
Jul/31	6,75%	-	-	-	-
Jan/32	6,75%	-	-	-	-
Jul/32	6,75%	-	-	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série a ser amortizado.

(b) Debêntures - Rodovias do Brasil

Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme contrato de *swap* com o banco BTG Pactual S.A. foi firmado a troca dos parâmetros de atualização da debênture RODB11 de Di + 4,25% a.a. para IPCA + 8,00%a.a.

<u>Liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
mai-21	RODB11 1ª série	600.000	maio-30	CDI + 4,25%	867.776	746.563
					<u>867.776</u>	<u>746.563</u>

(c) Cédula de crédito bancário (CCB)

Em 27 de outubro de 2023, a Controlada realizou a 6ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2024 (bullet) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 1,53% a.a., calculados de forma exponencial pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis e comissão de 0,08% a.a. Não há constituição de garantias.

Nesta mesma data, a Controlada realizou o pagamento da 5ª emissão da CCB, no montante total de R\$ 57.669, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 7.669 de juros.

(d) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Controlada são:

- (i) Cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão; e
- (ii) Penhor das ações da Controlada. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

As garantias constituídas pela Controladora são:

- (i) Alienação fiduciária em garantia da totalidade das ações de emissão da Emissora, de titularidade dos acionistas ("Ações");
- (ii) Cessão fiduciária em garantia de ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e em conjunto com a alienação Fiduciária de Ações "Garantias Reais"). Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da RODB11 (1ª emissão).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Principais compromissos assumidos ("covenants")

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2023. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no período 2,22x e 2,99x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para esse exercício são: (i) ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos) e (ii) Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.

O índice dívida líquida/EBITDA da Controladora ficou em 3,92x.

14.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas de juros e inflação. Como parte da estratégia de proteção a Companhia contratou swap com o objetivo de proteção econômica e financeira para as debêntures emitidas pela Controladora. Este *swap* troca integralmente a exposição dos fluxos de caixa da debênture, sendo assim, a Companhia recebe a taxa DI + 4,25% a.a. e paga à contraparte (BTG Pactual) a taxa IPCA + 8,00% a.a. Essa operação não foi designada como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2023, o Valor Justo do *swap* era de R\$ 11.690.

15. Arrendamento mercantil

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220	23.298	1.003	24.521
Adições	311	2.193	4.193	6.697
Rescisão de contratos	-	-	-	-
Baixas	(244)	(15.654)	(2.258)	(18.156)
Apropriação de juros	36	2.490	288	2.814
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>323</u>	<u>12.327</u>	<u>3.226</u>	<u>15.876</u>
Circulante	94	11.525	2.393	14.012
Não circulante	229	802	833	1.864

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média do custo captação das dívidas, com base na projeção de mercado do IPCA e CDI, correspondendo a taxa de 10,60% a.a.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

16.1. Provisão para demandas e passivos contingentes

A Controlada é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Controlada, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.653	15.925	261	10.544	28.383
Constituição	1.107	3.093	25	5.628	9.853
Reversão (i)	(345)	(6.056)	-	(1.616)	(8.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.415</u>	<u>12.962</u>	<u>286</u>	<u>14.556</u>	<u>30.219</u>

	Consolidado				
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.367	13.047	238	5.220	19.872
Constituição	687	1.134	23	5.905	11.049
Reversão (i)	(401)	(1.556)	-	(581)	(2.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.653</u>	<u>12.625</u>	<u>261</u>	<u>10.544</u>	<u>28.383</u>

Processos cíveis

O principal processo judicial provisionado refere-se à ação indenizatória referente acidente (atropelamento) ocorrido em 2011, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065) nas proximidades do km 86+500m. Durante o curso processual, a Controlada sustentou não ter responsabilidade, uma vez que o local dos fatos se encontrava devidamente sinalizado com cones, conforme estabelecido pelo Manual de Operações. Todavia, apesar do farto conjunto probatório ofertado, em 19 de novembro de 2021, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, condenando de forma solidária a Controlada, o motorista que conduzia o veículo, bem como a transportadora proprietária do veículo causador do atropelamento. A Controlada interpôs recurso de apelação em face da sentença.

Em 07 de março de 2023, foi publicado acórdão que reconheceu a existência de culpa concorrente, culminando na redução expressiva de R\$ 4,6 milhões do valor indenizatório.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Controlada.

Adicionalmente, foi constituído em torno de R\$ 3,1 milhões referente a 3 novas ações indenizatórias em razão de óbitos ocorridos no trecho sob administração da concessionária, sendo 2 delas ocasionadas pelo mesmo incidente na SP 332 e o outro, proveniente de um engavetamento ocorrido na SP 065

A Controlada também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	7.144	7.725
Reclamações cíveis	30.301	35.218
Contingências regulatórias	6.988	6.936
Contingências tributárias	65.865	65.550
	<u>110.298</u>	<u>115.429</u>

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Principal processo tributário

A Controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Controlada protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, monitorando possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado", reforçando que até o presente momento não existem impactos à Rodovias do Brasil Holding S.A.

A Controlada apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.2.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Depósitos judiciais

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	671	5.126	87.574	726	94.097
Adições	815	411	936	-	2.162
Baixas	(790)	(1.820)	-	-	(2.610)
Atualização monetária	25	(6)	8.900	28	8.947
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>721</u>	<u>3.711</u>	<u>97.410</u>	<u>754</u>	<u>102.597</u>

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Controlada entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo Acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Controlada mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve atualização para esse processo.

17. Provisão de conserva especial

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos no início do exercício	7.224	9.454
Constituição conserva especial, líquida de AVP	79.044	80.140
Baixa de conserva especial	(75.063)	(82.370)
Saldos final do exercício	<u>11.205</u>	<u>7.224</u>

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos no início do exercício	9.454	23.659
Constituição conserva especial, líquida de AVP	80.140	97.358
Baixa de conserva especial	(82.370)	(111.563)
Saldos final do exercício	<u>7.224</u>	<u>9.454</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada apresenta o saldo de R\$ 11.205 e em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 7.224, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI.

A Controlada reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia fora constituída sob o Capital Social de R\$ 1, mediante a emissão de 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia deliberou o aumento de capital social em R\$ 925.069, mediante a emissão de 925.069.207 (novecentos e vinte e cinco milhões, sessenta e nove mil, duzentos e sete) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 14 de junho de 2021, a Companhia aumentou o Capital Social em R\$ 2.000 e passou a ser de R\$ 927.070 representado por 927.070.207 (novecentos e vinte e sete milhões, setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 500 e passou a ser de R\$ 927.570 representado por 927.570.207 (novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 22 de julho de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 700 e passou a ser de R\$ 928.270 representado por 928.270.207 (novecentos e vinte e sete milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação:

Acionista	Nº ações	%	Total
RdB Participações F.I.P Multiestratégia	928.270.206	99,9	928.270.206
MIC Capital Management 25 RSC LTD	1	0,01	1
	<u>928.270.207</u>	<u>100</u>	<u>928.270.207</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) (Prejuízo) básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	81.225	(32.803)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	928.270	928.270
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	0,09	(0,04)

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

c) Transação de capital

Trata-se do resultado da combinação de negócios sob controle comum, de acordo com o ICPC 09, reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido na linha de transação de capital no valor total de R\$ 763.852.

d) Distribuição de lucros e JSCP

A Controlada distribuirá, como dividendo obrigatório em cada período, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

A Controlada poderá distribuir juros sobre capital próprio de acordo com a base acionária e nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia.

Em 30 de setembro de 2023, o valor destinado de JSCP dos acionistas não controladores (OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) corresponde ao valor de R\$ 9.000.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita Líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas em numerário	117.421	136.300
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	828.806	646.056
Receitas de vale pedágio (iii)	39.076	41.339
Receitas acessórias	19.945	20.311
Receitas com Cartão de Crédito e Débito	43.631	6.538
Receita de Pedágio (Reajuste IPCA) (iv)	-	45.812
Receita de operação	1.048.879	896.355
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	300.914	310.139
Receita total	1.349.793	1.206.494
Tributos sobre serviços de operação	(87.561)	(75.271)
	<u>1.262.232</u>	<u>1.131.223</u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Controlada reconheceu R\$ 300.914 e R\$ 310.139, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Controlada utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS);
- (iv) Reconhecimento de receita de pedágio, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 02/2022.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

20. Custo dos serviços, despesas gerais e administrativas

a) Custos dos serviços

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	(166.502)	(180.340)
Salários e encargos	(43.275)	(37.725)
Gastos gerais	(7.357)	(6.519)
Serviços de terceiros	(17.890)	(15.364)
Seguros	(3.881)	(2.944)
Outorga variável	(15.756)	(13.490)
Provisão para conserva especial	(59.925)	(76.388)
Materiais	(12.479)	(12.356)
	<u>(327.065)</u>	<u>(345.127)</u>
Custo de construção ICPC 01 - R1	(297.905)	(307.038)
	<u>(624.970)</u>	<u>(652.164)</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(13.578)	(13.493)
Serviços de terceiros	(4.325)	(5.899)
Depreciação e amortização	(1.603)	(1.402)
Materiais e equipamentos	(436)	(401)
Despesas com veículos	(199)	-
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(877)	-
Despesas com viagens	-	-
Provisão para contingências (ii)	(1.836)	(8.511)
Gastos gerais	(5.619)	(5.427)
	<u>(28.473)</u>	<u>(35.134)</u>

- (i) Em 07 de março de 2023, foi publicado acórdão que reconheceu a existência de culpa concorrente referente ao processo 4005915-18.2013.8.26.0224, culminando na redução expressiva de R\$ 4,6 milhões do valor indenizatório, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023 Controladora	31/12/2022 Controladora	31/12/2023 Consolidado	31/12/2022 Consolidado
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.522	85	58.016	34.143
Variação monetária de depósitos judiciais	-	-	-	-
Descontos obtidos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.590	30.212	33.590	30.212
Tributos sobre receitas financeiras	(4.893)	(1.419)	(4.893)	(1.419)
Outras receitas financeiras	242	2	12.227	9.407
	<u>32.461</u>	<u>28.879</u>	<u>98.940</u>	<u>72.342</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(132.840)	(109.180)	(373.034)	(342.021)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(17.630)	-	(17.630)
Juros sobre empréstimos	-	-	(7.763)	(7.518)
Encargos financeiros de dívidas	-	-	-	-
Custos de transação de dívidas	(2.360)	(1.479)	(59.274)	(55.947)
(-) Capitalização de encargos financeiros de dívidas	-	-	57.029	55.152
Correção monetária sobre debêntures	-	-	(107.279)	(123.352)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(2.838)	(1.946)
Ajuste a valor presente	-	-	(19.119)	(3.752)
Outras	(103)	(150)	(6.373)	(10.017)
	<u>(135.303)</u>	<u>(128.439)</u>	<u>(518.651)</u>	<u>(507.030)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(102.842)</u>	<u>(99.560)</u>	<u>(419.711)</u>	<u>(434.688)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos (Consolidado)

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado da Controlada apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	294.805	113.747
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(100.234)	(38.674)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	23.637	5.936
Efeito IR e CSLL no resultado	(76.597)	(32.738)
IR e CSLL corrente	(43.219)	-
IR e CSLL diferido	(33.378)	(32.738)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	<u>(76.597)</u>	<u>(32.738)</u>

23. Demonstração dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Segue as principais transações não caixa ocorridas no exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
	Consolidado	Consolidado
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais		
Fornecedores	30.844	28.208
	<u>30.844</u>	<u>28.208</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento		
Reclassificação de ativo imobilizado	-	-
Adição de investimentos	-	-
Ágio na combinação de negócios sob controle comum	-	-
Adições de ativo imobilizado	720	1.071
Adições de ativo intangível	(30.237)	27.756
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	(6.697)	(30.560)
Encargos financeiros capitalizados ao ativo	-	-
	<u>(36.214)</u>	<u>(1.733)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento		
Adições de arrendamento operacional	-	-
Conversão de contas a pagar em Integralização de capital	-	-
Ágio na combinação de negócios sob controle comum	-	-
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	5.369	30.367
Custo de transação CCB Santander	-	-
Encargos financeiros capitalizados ao ativo	-	-
	<u>5.369</u>	<u>29.942</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Serviços Prestados (i)	<u>34</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>34</u>
	<u>Consolidado</u>
Serviços Prestados (i)	<u>31</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>31</u>

(i) CNO S.A.

O montante de R\$ 34, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação, para acesso a consulta de dados históricos).

Fundo de Investimento de Direito Creditórios ("FIDC")

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 40.841, referente à aquisição de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

25. Honorários da administração

A remuneração paga aos Administradores Estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os montantes de R\$ 378 e R\$ 361, respectivamente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	315	301	2.837	3.010
Encargos	63	60	568	602
Benefícios (i)	-	-	154	124
	<u>378</u>	<u>361</u>	<u>3.558</u>	<u>3.736</u>

(i)

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Controlada mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração da Controlada para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A	30/04/2023	30/04/2024	31
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	13/01/2028	5.594
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	01/06/2022	29/06/2024	570.199
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A	29/12/2023	29/12/2025	118.584
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564
Risco de Engenharia	Hdi Gerling Seguros Industriais S.A.	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Risco de Engenharia	Axa Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2022	15/06/2025	133.900
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2022	15/03/2026	371.970
Risco operacional	Chubb Seguros Brasil S.A. (seguradora principal)	29/06/2023	29/06/2024	360.000
Seguro de Riscos Administrativos - D & O	Axa Seguros S.A.	01/06/2023	01/06/2024	40.000
Seguro de Veículo *	Porto Seguro Cia. De Seguros Gerais	30/09/2023	30/09/2024	1.000
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	08/08/2028	9.502

(*) Valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100% do valor constante na tabela FIPE-USP.

27. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2024, a Controlada liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R\$ 144.116, sendo R\$ 37.814 de principal e R\$ 106.302 de remunerações.